

SETEMBRO 2023

ASSÉDIO NO AMBIENTE ACADÊMICO



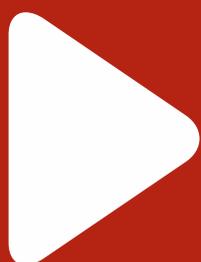
Academia de
Ciências da Bahia

APRESENTAÇÃO

Este é o terceiro relatório da Academia de Ciências da Bahia (ACB) deste ano de 2023 e temos orgulho de dizer que é produto do entendimento de que para alcançar a sociedade que buscamos, é preciso coragem para falar sobre os assuntos que muitas vezes são silenciados.

Este relatório, bem como os demais, é produto de um encontro virtual aberto, disponível no YouTube, que aborda o tema Assédio no Ambiente Acadêmico. Sabe-se que não é um assunto fácil, mas absolutamente necessário de ser debatido, esmiuçado. Nessa perspectiva, entendemos que o que não é dito, faz parecer que não existe.

Para este encontro, reunimos liderança de setores diretamente ligados ao ambiente acadêmico, profissionais que entendem a legislação e que atuam diretamente com relações de gênero e raça.



Para o acesso ao webinar:
<https://bit.ly/WebinarioAssedio>

03.

Possui graduação em História pela Universidade Católica do Salvador (1998), mestrado (2002) e doutorado (2008) em História pela Universidade Federal da Bahia. É docente associada I no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/PPGNEIM, da Universidade Federal da Bahia, onde exerce atualmente o cargo de Ouvidora Geral. Vice-Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH/UFBA. Pesquisadora filiada da Rede Regional Norte Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero/REDOR e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Masculinidades, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, educação, estudos de gênero e feminismo, história e feminismo.



Iole Vanin



Ionara Magalhães

Pedagoga graduada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Fisioterapeuta graduada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Especialista em Estudos Étnicos e Raciais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e em Preceptoría no SUS pelo Hospital Sírio Libanês/Ministério da Saúde. Mestre em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana (Doutorado Sanduíche na University of the Western Cape, Cape Town, África do Sul). Professora Adjunta e Coordenadora de Políticas Afirmativas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Integrante do Observatório de Políticas Afirmativas do FONAPRACE. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdades em Saúde (NUDES/UEFS). Membro do Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Negra. Membro do Grupo de Trabalho Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Desenvolve pesquisas na área Saúde de Grupos Populacionais Específicos e Epidemiologia das Desigualdades Sociais em Saúde. E-mail: ionaramagalhaes@ufrb.edu.br.

Professora do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) e do Programa de Mestrado da mesma instituição.

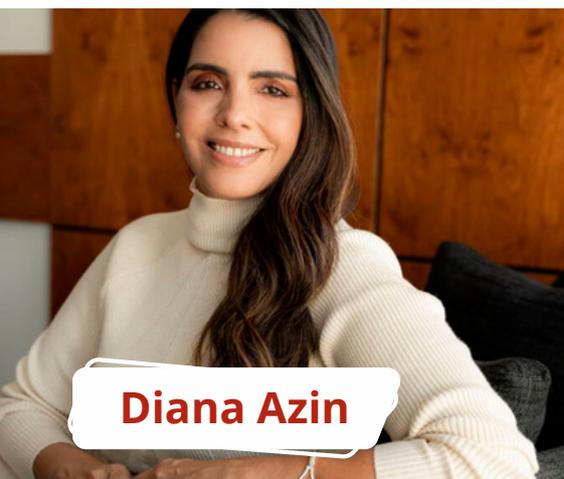
Livre Docente em Direitos Humanos pela FDRP-USP (2017). Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), mestrado em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003) e doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (2010).

É responsável pelas disciplinas de Direito e relações de gênero, Teoria Geral do Estado, Direitos Humanos e Direito Constitucional. Realiza atividades de pesquisa e de extensão ligadas aos temas: Crítica jurídica feminista, acesso à justiça para mulheres e Teorias Democráticas.

Líder do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Democracia e Desigualdades da USP. Participante do Consórcio Lei Maria da Penha pelo fim da violência contra as mulheres baseada em gênero. Participou do Programa Sabático 2021-2022 do Instituto de Estudos Avançados da USP.



Fabiana Severi



Diana Azin

Procuradora-Chefe da Procuradoria-Federal junto ao IFCE – PF/IFCE. Membro da Câmara Permanente de Ciência, Tecnologia e Inovação do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal. Especialista em Direito Privado pela UNI7. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT. Membro da Câmara Permanente de Ciência, Tecnologia e Inovação – CPCTI do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal.

Assédio Moral e Sexual: falar é avançar

Silenciado durante anos, o assédio sempre se fez presente em diferentes ambientes, sobretudo naqueles em que há uma cultura hierárquica mais pungente, e o ambiente acadêmico não passa alheio a isso. No, dia 3 de agosto, a Academia de Ciências da Bahia (ACB) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) deram um passo no enfrentamento dessa questão, provocando o debate sobre o assunto, convocando diferentes vozes.

A professora e pesquisadora Estela Aquino, membra da ACB e da ABRASCO, mediou o debate e trouxe o fato de que **“a história desses ambientes é marcada pelo androcentrismo, pela ausência de mulheres, pelo classismo e pelo racismo”**. Essa hegemonia, leva as universidades a serem ocupadas pelos homens brancos pertencentes às classes de elite. Com anos de estudo em Gênero e Saúde, Aquino buscou trazer permanências históricas para situar o contexto em que se deflagram as múltiplas violências as quais alcançam, sobretudo, as mulheres, estudantes-mães, a comunidade LGBTQIAP+ e negra.

Embora **as políticas afirmativas se mostrem potentes e com vastos resultados positivos**, ao pluralizar os corpos presentes no ambiente acadêmico, ainda há muito o que ser feito para que certas práticas presentes desde o trote explícito, trote universitário em que calouras eram “leiloadas”, às práticas mais sutis de assédio nas salas de aula, no campus, entre outros espaços, sejam extintas.

O debate começa com a Ouvidora-Geral da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Iole Vanin, graduada e doutora em história, vice-diretora da Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas (FCCH/UFBA)..

Vanin, que já esteve à frente da Pró-reitora de Ações Afirmativas (PROAE) inicia sua fala trazendo que embora estivesse silenciado, é um tema que sempre esteve presente, e o advento dos **movimentos sociais e identitários fez com que essa questão viesse a luz**. A respeito da atuação da UFBA nesse contexto, ela pontua: **“Nós ainda não encontramos uma fórmula”**, pontua a historiadora.

Quando vai quantificar as ações, a Ouvidora informa que **ao longo dos últimos 14 anos, foram 25 denúncias que envolvem racismo, LGBTfobia, assédio moral e sexual**. E que o encaminhamento depende do que ocorreu, e é levado às instâncias jurídicas e administrativas, conforme o caso. Os resultados dessas medidas já incorreram em diversas punições, inclusive **a exoneração de servidores**.

Vanin também descreveu que o perfil do agressor é variável. “Temos docentes contra docentes, docentes contra técnicos, estudantes contra estudantes, é um perfil variado”, ou seja, as práticas estão disseminadas nos diferentes âmbitos, e nas diferentes relações. O que a gente precisa é de uma mudança de comportamento em todo ambiente acadêmico com campanhas, seminários, discutir o tema nas salas de aulas, para levar a sensibilização e informação.

A Ouvidora também lembrou de que a universidade não apenas atua na punição a quem comete o crime, mas também busca acolher a vítima para que ela tenha condições de superar a questão. Para descobrir como fazer esse acolhimento, a Ouvidoria buscou articulações com movimentos e representações estudantis, e um dos feitos foi o **PSIU – Plantão de Acolhimento da UFBA**, houve também a campanha “Não deixe a violência Passar!”, que trouxe essa discussão para a academia. Além disso, os cursos de graduação passarão a contar com uma disciplina que trate das questões raciais.

“A história desses ambientes é marcada “pelo androcentrismo, pela ausência de mulheres, pelo classismo e pelo racismo”

Estela Aquino
ACB e ISC/UFBA

A coordenadora de Políticas Afirmativas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Ionara Magalhães, destacou que **os impactos dos assédios são produtos das desigualdades sociais**, que vulnerabilizam determinados grupos. Os mais de 500 anos de colonização deixaram marcas profundas na sociedade e isso se reproduz no sistema jurídico, legislativo, educacional, na segurança pública, em uma sociedade que tem uma estética considerada superior, e que é patriarcal, hierárquica, patrimonialista, tirana, violenta..

Dentre os fatores, o tema do patriarcado atravessa todo o webinar, afinal essa cultura entranhada no Brasil traz uma ideia de superioridade cognitiva e moral dos homens e naturalização do lugar social e das condições materiais, simbólicas e afetivas. Nas relações de gênero estão naturalizadas práticas de assédio, seja ele moral ou sexual. **As relações de poder se traduzem na violação do direito ao corpo da outra/o, à autonomia, à identidade e está disseminada em todos os lugares sociais.** “Que sociedade colocamos em pauta quando a gente diz que nossas universidades são violentas?”, pontua Magalhães, que é Integrante do Observatório de Políticas Afirmativas do FONAPRACE. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdades em Saúde (NUDES/UEFS).

Outra grande questão que o advento das políticas sociais traz, é a racialização dos corpos pretos, a qual não vem apenas marcada por uma exclusão que impedia a entrada dessas pessoas no ambiente acadêmico. Há que se pôr em xeque, que essa racialização solicita comportamentos submissos e uma expectativa do branco de uma certa servidão por partes dos negros. A quebra dessa expectativa marcada pela hierarquia em contextos universitários tensiona diversas relações e acaba gerando ações-reações violentas de assédio e que precisam ser enfrentadas. Faz-se necessário oportunizar o diálogo intercultural, interinstitucional, interdisciplinar e intersaberes e promover a ruptura paradigmática do sistema-mundo moderno colonial por meio da implementação de ações afirmativas, práticas antirracistas, antissexistas e decoloniais - um compromisso ético-político, contra-hegemônico e pluri-universal.

Todas essas questões apontadas, podem ser evidenciadas, como fala a professora, quando a gente se questiona: quem agride e quem é agredido? Quem humilha e é humilhado? Existem alvos preferenciais das agressões e as violências (leiam-se assédios) precisam ser compreendidas e enfrentadas sob perspectiva da interseccionalidade. Essas questões fomentam a necessidade de ampliar o debate, promover webinários e ações contra os assédios.

Ouvidoria da UFBA



“Que sociedade colocamos em pauta quando a gente diz que nossas universidades são violentas?”

Ionara Magalhães
UFRB

Um caso para aprendermos!

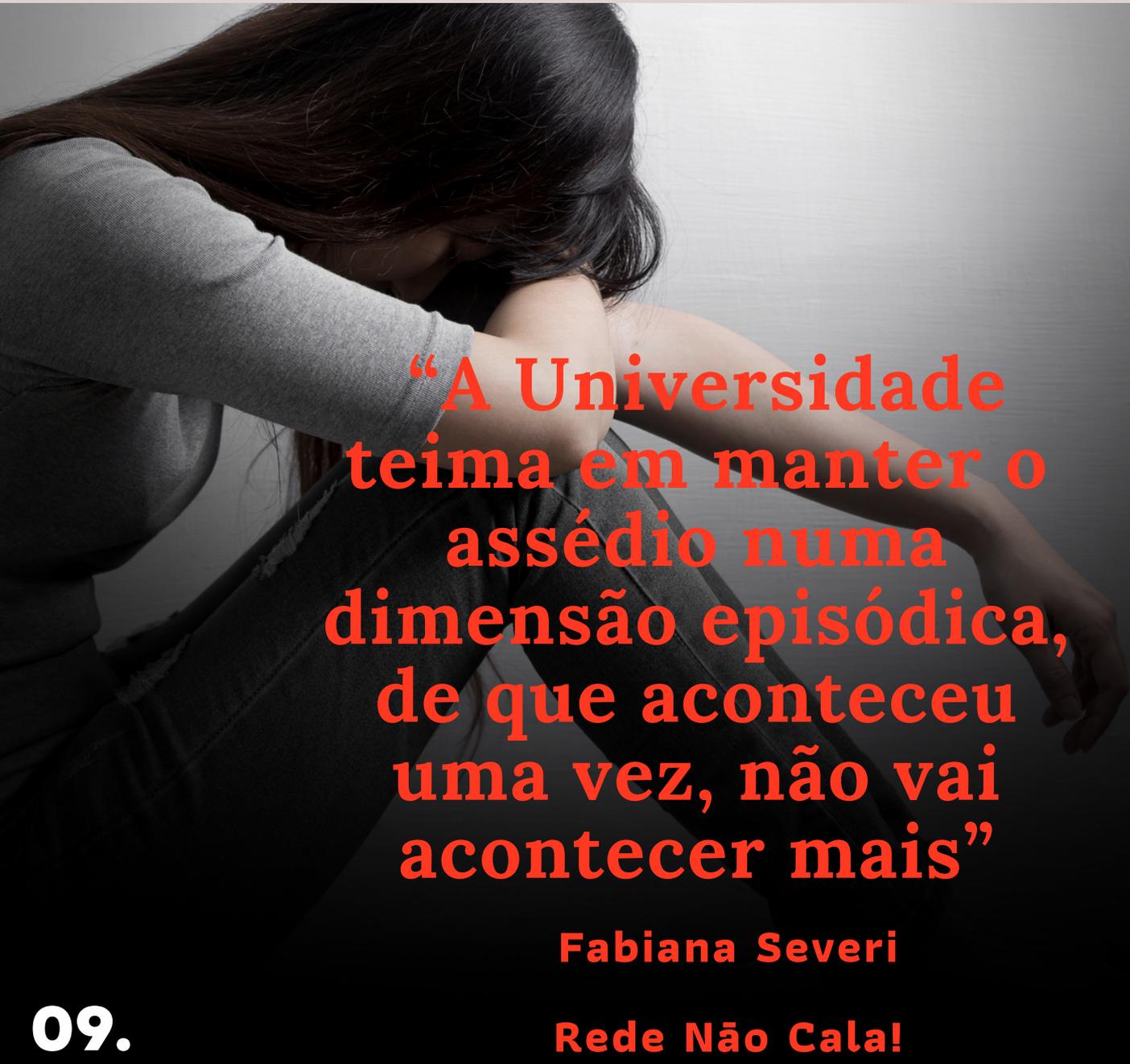
Considerada uma das instituições acadêmicas mais importantes do Brasil, a Universidade de São Paulo (USP) não está livre das diferentes manifestações de assédio. Era preciso ouvir o que tem sido feito nesse espaço e, para isso, a professora do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), Fabiana Severi representou a **Rede Não Cala!**, um grupo formado pela Rede de Professoras e Pesquisadoras pelo Fim da Violência Sexual e de Gênero na USP. “A Universidade teima em manter o assédio numa dimensão episódica, de que aconteceu uma vez, não vai acontecer mais”, pontua a representante.

Certa de que o assédio em suas mais diversas manifestações não é algo casuístico, isolado, a fala de Fabiana Severi inicia contando que o grande trabalho para que ações de combate às violências sejam realizadas de forma institucional. E para, é preciso partir do reconhecimento de que esse ambiente é permeado por violências. **Na Universidade de São Paulo (USP), esse reconhecimento não se deu de forma direta pela instituição, mas de um processo de mobilização das estudantes e professoras.** E não somente elas, mas todas as pessoas afetadas de modo desproporcional por essas violências. A cultura universitária é marcada por assédios que não apenas reproduzem o que temos na sociedade, mas **há práticas institucionalizadas e que acontecem dentro das instituições que sequer são reconhecidas como práticas violentas.**

A Rede Não Cala! nasce sob uma perspectiva feminista, na medida em que considera as diferenças quanto ao gênero. Dessa forma, toda sua atuação de enfrentamento e de acolhimento também seguem essas premissas. Severi lembra que a Rede é criada por pesquisadoras, portanto, a atuação tem fundamentação. **“A literatura nos informou que ao criar um serviço e coloca professoras a chance dela sofrer pressão dos pares é muito grande”.**

O objetivo inicial da Rede foi de incentivar a denúncia e criar um modelo de resposta institucional para essas práticas. Essas duas frentes nortearam ações que envolvem tanto a USP, quanto a Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita (UNESP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A Rede realizou uma revisão de principais marcos normativos que poderiam guiar essas respostas institucionais. “O que a gente tinha de mais próximo ali era a Lei Maria da Penha e a gente foi seguindo essas questões das desigualdades de gênero”, explicou Fabiana. **Faz necessário lembrar que colocar a professora como agente nesse processo também implica em criar um ambiente ainda mais hostil para ela, na medida em que os agressores são colegas de trabalho e isso pode levar essa professora ao adoecimento.**



“A Universidade teima em manter o assédio numa dimensão episódica, de que aconteceu uma vez, não vai acontecer mais”

Fabiana Severi

Rede Não Cala!

Nesse sentido, foi criada uma comissão interunidade. Essa comissão não tem poder de abrir sindicância, mas de encaminhar o caso para gestores com indicação de qual seria o melhor procedimento jurídico a ser tomado. Dessa forma, buscou-se diluir os efeitos de possíveis mal-estar entre atuantes da Rede e agressores. Então, o nosso papel é informar aos gestores. Severi explica que muitas estudantes iam para redes sociais e expunham nomes de professores e elas estavam sofrendo processo-crime por conta dessa situação. **“E quando a gente conversava elas diziam que não acreditam que a USP ia fazer alguma coisa”.**

Para **lidar com a descrença das vítimas** de que a instituição não tomaria decisão que de fato mudasse a situação, a Rede buscou **criar mecanismos de transparência que evidenciasse os resultados**. De modo que trouxesse as vítimas para a Rede, para que se sentissem acolhidas, protegidas e com expectativa na resolução. Reuniões semestrais, relatório de composição de gênero e raça e um relatório por gênero e raça em cargo de gestão foram revelando que **cursos marcados pela presença de homens brancos, até 80% do corpo docente, eram os cursos com mais violência que tinham mais casos de assédio**. Outra medida, foi observar se os cursos de pós-graduação possuem algum conteúdo de gênero e desigualdades, conforme a Lei Maria da Penha. “Os resultados revelam que mês a mês um aumento de casos e, gradualmente, o anonimato foi diminuindo, ou seja, a confiança na Rede foi aumentando”.

Sobre a Rede

O grupo existe de forma permanente e mobiliza ações pontuais, com base no momento que é acionado. É possível obter mais informações e fazer estabelecer contato pela página do [Facebook](#), além do contato direto com as professoras integrantes da rede, presentes na maioria das Unidades da USP.

A *Rede Não Cala* foi fundada em abril de 2016 e possui mais de 200 participantes. O grupo atua em três eixos: debater a ideia de criação de um centro de referência com profissionais capacitados para atender, de forma integral, pessoas que se sentiram agredidas; criar ideias para a reformulação das sindicâncias e processos administrativos da instituição; e desenvolver ações educativas de conscientização para a comunidade USP.



E a Lei, o que ela nos diz?

Até entender o que está acontecendo e perceber que se está sofrendo assédio sexual, há um caminho para a vítima, inicia sua fala a Procuradora Federal no Instituto Federal do Ceará, (IFCE) Diana Azin. A procuradora relatou uma experiência de atuação no combate ao assédio, no IFCE. “Em 2016, a gente passou a receber muitos casos de processo administrativo que tinha por objeto denúncias de assédio, mas percebemos que o tratamento dado estava equivocado”.

Os agentes públicos fizeram um mapeamento dos casos, indo de campos em campus, estabeleceu-se um procedimento para a coleta das denúncias e no âmbito da Procuradoria foram estudadas quais seriam as penas disciplinares a serem aplicadas. Algumas questões tiveram que ser construídas e uma das questões é trazer para o servidor o dever de denunciar. Todos nos servidores públicos são obrigados a denunciar para que sejam adotadas as medidas cabíveis. **“A vítima chega em um momento de ruptura dessa barreira (a do silêncio) e se questiona se ela tem prova. Isso está totalmente equivocado”**, a procuradora enfatizou que esse papel de colher as provas é da instituição que recebe a denúncia, e vítima precisa ser acolhida.

Uma questão que precisa seja modificada é a fala da vítima de que não deseja uma punição, apenas que o comportamento cesse. **“O servidor que tem conhecimento, que deixa de denunciar, pode ser acusado de prevaricação”**. A procuradora **Lembra que a Lei 8.112/90** que rege o serviço público, em seu artigo 132 enquadra a conduta escandalosa como caso para demissão. **“Não existe dosimetria da pena. A punição é a demissão”**.

A ação no Instituto Federal do Ceará (IFCE) **culminou em 14 demissões, sendo 13 professores e um técnico-administrativo**. Todas as questões encontradas foram devidamente apuradas, investigadas e a conduta indicada pela lei foi tomada. Essa ação culminou no Programa de Enfrentamento ao Assédio no Serviço Público. Mas levou a outro questionamento: se dentro dos muros da universidade essa vítima estava validada pelos órgãos que investigaram, o que acontece quando ela passa desses muros? **“Ficou o incomodo de que a gente precisava mudar a sociedade”**, pontuou a procuradora, que integra a Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia e Inovação e que levou o enfrentamento ao assédio a inspirar diversas políticas públicas.

A partir de dados de violência sexual nas escolas, nos espaços de ensino no geral, a procuradora relata que levou uma minuta ao ministro da Educação, à época, Victor Godoy, e que virou Medida Provisória e **agora foi convertida na Lei 14.540/23, sancionada em abril deste ano**. O dispositivo jurídico institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

A Lei também trata sobre os impactos a essa vítima que denuncia prevendo punição para aquelas que venham sofrer retaliações, e a lei amplia-se ao proteger as testemunhas e os servidores que denunciarem. Além disso, **esse marco regulatório determina que as instituições públicas são obrigadas a capacitar os servidores para identificar, denunciar, e essas capacitações devem ser certificadas, criando um ambiente hostil para os assediadores**.

“O servidor que tem conhecimento, que deixa de denunciar, pode ser acusado de prevaricação”

Diana Azin

Procuradora-Chefe da
Procuradoria-Federal junto
ao IFCE

13.

Durante uma de suas ações, que concretizam o Programa de Enfrentamento do Assédio, a procuradora participou do treinamento de gestores da Universidade Federal do Ceará (UFC) e apresentou dados, como o fato de que **apenas 10% das vítimas conseguem formalizar a denúncia**, sendo inadiável uma mudança de comportamento nas instituições e entre os servidores. Azin expôs ainda que **76% das mulheres no Brasil já sofreram violência ou assédio no trabalho**.

No webinar, Azin enfatizou que hoje “podemos dizer que temos marcos normativos que impõe a toda a sociedade e nos permite cobrar efetividade das ações (de combate e punição ao assédio)”. A partir dessa Lei, as empresas que prestam serviço público, sejam elas privadas ou não, precisam incluir nas Comissões Internas de Prevenção ao Acidente (CIPA) ações de enfrentamento do assédio. “Efetivamente a gente caminha para ter uma sociedade que combata essa violência contra as mulheres, criando um ambiente mais seguro”.

“Podemos dizer que temos marcos normativos que impõe a toda a sociedade e nos permite cobrar efetividade das ações (de combate e punição ao assédio)”

DIANA AZIN

Procuradora-Chefe da
Procuradoria-Federal junto
ao IFCE

14.

Realização:



Academia de
Ciências da Bahia



Texto: Karina Costa

Edição: Setembro, 2023

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8265603>